



ENTRE O ATIVISMO ALIMENTAR E A GASTRONOMIA BRASILEIRA: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DO *SLOW FOOD* EM UM PAÍS DE DESIGUALDADES

 <https://doi.org/10.56238/levv16n47-029>

Data de submissão: 11/03/2025

Data de publicação: 11/04/2025

Beatriz Gomes

Bacharel em Gastronomia/ INJC

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Myriam Melchior

Doutorado em Memória Social – PPGMS/UNIRIO

Professora Associada do Departamento de Gastronomia/ INJC

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Este estudo analisa o ativismo alimentar no Brasil, tomando como ponto de partida a inquietação provocada pelo movimento Slow Food e suas contradições diante da realidade brasileira. A partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar, o estudo não busca validar ou refutar o movimento, mas compreender como ele evidencia os limites de propostas exógenas diante das desigualdades estruturais do país. O trabalho parte do conceito de ativismo alimentar como uma prática interseccional e política, fundamentada em autores como Counihan e Siniscalchi, Portilho e Schubert, e o articula com o contexto brasileiro por meio do debate sobre políticas públicas, saberes tradicionais e movimentos sociais como o MST. A pesquisa evidenciou a centralidade de experiências comunitárias e populares — como as das comunidades quilombolas e da reforma agrária — no campo da soberania alimentar, revelando que, embora alguns princípios do Slow Food se aproximem dessas lutas, sua atuação no Brasil ainda se apresenta de forma ambígua e relativamente distante dessas práticas.

Palavras-chave: Ativismo alimentar. Slow Food. Soberania alimentar. Gastronomia. Movimentos populares. Comunidades quilombolas. MST.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação é um elemento central na construção das sociedades, refletindo não apenas aspectos biológicos e nutricionais, mas também dimensões estruturais, econômicas, políticas e culturais. No Brasil, a história alimentar é marcada pelo legado colonial, pela monocultura agroexportadora e pela concentração fundiária — fatores que ainda influenciam os hábitos alimentares, a distribuição de recursos e as formas de exclusão social.

Diante de tantas complexidades, a gastronomia — enquanto campo multidisciplinar emergente — tem se apresentado como uma janela de possibilidades para novas leituras da alimentação. Por meio dela, surgem olhares mais sensíveis e esperançosos, voltados ao cuidado, à valorização de saberes locais e à celebração das culinárias regionais e comunitárias. Há, nesse campo, a expectativa de que possamos encontrar soluções para problemas estruturais e de longa data. No entanto, neste mesmo campo também é patente observar que nem sempre a valorização de alimentos frescos e saudáveis, por exemplo, resolve, por si só, a fome, o uso intensivo de agrotóxicos e seus impactos sociais e ambientais, atividades predatórias e inúmeras outras mazelas e problemas que atingem as pessoas que precisam se alimentar.

Por isso, torna-se importante refletir criticamente sobre como assimilamos discursos e práticas que incentivam determinadas atitudes frente ao que se come, como se come e quais são os caminhos da cadeia alimentar no Brasil — país de grande diversidade cultural, mas também de profundas desigualdades. Foi a partir dessa inquietação que surgiu o interesse por compreender a assimilação do movimento *Slow Food* no Brasil, a partir dos ativismos alimentares.

Embora esse movimento proponha princípios essenciais — como uma alimentação “boa, limpa e justa” —, sua penetração na sociedade brasileira parece limitada. Trata-se de um modelo de origem europeia, muitas vezes restrito a grupos com maior poder aquisitivo ou capital cultural. Assim, o *Slow Food*, mais do que uma proposta em si, tornou-se neste trabalho um ponto de partida para indagações sobre o ativismo alimentar e suas possibilidades de transformação em contextos periféricos.

Dessa inquietação, emergiu também a necessidade de investigar o histórico dos ativismos alimentares no Brasil, compreendendo-os não apenas como práticas de consumo, mas como expressões de lutas sociais mais amplas. Para tanto, antes de apresentar definições propostas por estudiosos brasileiros como Fátima Portilho e Maycon Schubert, propomos uma introdução mais didática ao conceito de ativismo alimentar.

De modo simples, podemos afirmar que o ativismo alimentar nasce na interseção entre diferentes movimentos sociais e políticos, nem sempre originados no campo da alimentação. Segundo Carole Counihan e Valeria Siniscalchi (2014), o ativismo alimentar abrange uma ampla gama de ações — desde atitudes individuais até mobilizações coletivas — voltadas à transformação dos sistemas alimentares. O filósofo Jeffrey Raymond Sebo (2015), por sua vez, propõe uma abordagem

interseccional e ética: para ele, o ativismo alimentar deve ser entendido como parte de um projeto mais amplo, que articula antirracismo, feminismo, justiça ambiental e os direitos dos animais. As escolhas alimentares, nesse sentido, não são neutras: estão conectadas a sistemas de opressão e responsabilidade moral — tanto em relação a humanos quanto a não humanos.

Em textos como *Food Activism and the Ethics of Intersectionality*, Sebo defende que um ativismo alimentar efetivo precisa reconhecer as interconexões entre as diversas formas de injustiça, promovendo alianças entre lutas e evitando soluções fragmentadas. Essa abordagem fortalece a compreensão do ativismo alimentar como prática política estruturante — e não apenas como estilo de vida.

Essa base conceitual permite ampliar o olhar sobre as contribuições de autores brasileiros. Fátima Portilho (2020), por exemplo, identifica duas gerações do ativismo alimentar no Brasil: a primeira, de cunho institucional, focada na segurança alimentar; e a segunda, voltada à politização do consumo e à valorização da cultura alimentar. Já Maycon Schubert (2023) comprehende o ativismo como prática social cotidiana, que articula escolhas alimentares com projetos políticos de transformação.

Discutir a gastronomia brasileira sob a ótica do ativismo alimentar, portanto, permite entender como temas como a fome, as políticas públicas, os saberes populares e a luta por soberania alimentar se articulam. É fundamental reconhecer que, no Brasil, o ativismo alimentar vai além do consumo politizado. Movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as comunidades quilombolas, conforme veremos, atuam por mudanças estruturais nos sistemas alimentares, vinculando produção, cultura e justiça social.

Logo, este trabalho parte da inquietação provocada pelo movimento *Slow Food* no Brasil, abordando-o não como um fenômeno isolado, mas como um ponto de partida para refletir sobre o ativismo alimentar e seus desdobramentos no campo da gastronomia e das lutas populares. Interessanos compreender como propostas que surgem em contextos europeus se articulam (ou não) com as realidades brasileiras, marcadas por profundas desigualdades sociais e pela centralidade dos saberes tradicionais. O movimento *Slow Food*, ao ganhar visibilidade no Brasil por meio do campo da gastronomia — compreendido aqui como espaço de valorização simbólica da alimentação cotidiana — revela ambivalências importantes. Nossa objetivo é investigar os limites e aproximações possíveis entre esse movimento e experiências como as do MST e das comunidades quilombolas, considerando a soberania alimentar como eixo crítico de análise. A análise se organiza em três subitens interligados. O primeiro apresenta os conceitos fundamentais de ativismo alimentar, articulando autores nacionais e internacionais e discutindo o papel ambíguo do *Slow Food* nesse campo. Já o segundo examina a gastronomia brasileira a partir das desigualdades históricas, da construção da identidade alimentar e do papel das políticas públicas e dos movimentos sociais, como o MST e quilombolas. O terceiro, por

sua vez, aprofunda as críticas ao *Slow Food* enquanto movimento hegemônico de matriz europeia e discute possibilidades de ressignificação dessa proposta no contexto brasileiro, à luz da soberania alimentar, da justiça social e das experiências políticas do campo.

2 METODOLOGIA

Neste trabalho, adotamos uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e análise crítica de fontes secundárias. A investigação foi conduzida a partir da leitura de livros, artigos acadêmicos e documentos institucionais relacionados ao ativismo alimentar, à gastronomia brasileira e aos movimentos sociais do campo, com ênfase no movimento *Slow Food*, no MST e em comunidades quilombolas. Considera-se, ainda, o processo de gastronomização como uma chave de leitura para compreender a incorporação simbólica de práticas alimentares no campo da gastronomia.

A metodologia está organizada em três eixos principais:

1. Análise conceitual e teórica: Esta etapa se dedica à discussão dos conceitos de ativismo alimentar, soberania alimentar e gastronomização. São utilizados autores como Carole Counihan e Valeria Siniscalchi (2014), Jeffrey Sebo (2015), Fátima Portilho (2020), Maycon Schubert (2023), Josué de Castro (1980), Gilberto Freyre (1998), Jean-Pierre Poulain (2004) e Lívia Barbosa (2016), com o objetivo de compreender como os sistemas alimentares refletem disputas simbólicas, desigualdades e projetos políticos.
2. Análise histórica e estrutural: Busca-se compreender o contexto brasileiro a partir das relações entre desigualdade social, políticas públicas, concentração fundiária e exclusão alimentar. São utilizados autores como Carlos Alberto Dória (2009), Neuro José Zambam e Henrique Aniceto Kujawa (2017), e Angela de Castro Gomes (2006), para discutir como essas estruturas moldam o acesso à alimentação e a cultura alimentar no Brasil.
3. Análise crítica do *Slow Food* e sua recepção no Brasil: Esta parte do trabalho avalia criticamente o *Slow Food* como movimento de origem europeia, considerando suas potencialidades e limitações no contexto brasileiro. São mobilizadas as contribuições de Carlo Petrini, Ronen Shamir (2008), Ulrich Beck (2010) e críticas contemporâneas à lógica do consumo ético. Estabelece-se também um diálogo com experiências populares e coletivas, como as das comunidades quilombolas e os assentamentos do MST, buscando compreender os contrastes entre diferentes formas de ativismo alimentar e os desafios de articulação entre o *Slow Food* e as lutas por justiça alimentar no Brasil.

Ao longo do estudo, será realizada uma análise comparativa entre o modelo europeu do *Slow Food* e as realidades brasileiras, destacando a importância dos saberes tradicionais, das práticas comunitárias e do campo da gastronomia como arenas em disputa pela definição de projetos políticos alimentares.

3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO ATIVISMO ALIMENTAR E O PAPEL DO SLOW FOOD

O debate em torno do ativismo alimentar envolve diferentes perspectivas sobre o papel do movimento *Slow Food* e sua inserção nesse campo. Criado na Itália na década de 1980 como reação ao avanço do *fast food* e à padronização da alimentação globalizada, o *Slow Food* (Petrini, 2009) propõe a valorização da gastronomia local, da biodiversidade alimentar e das cadeias produtivas sustentáveis. Apesar das dinâmicas relevantes que propõe, este trabalho questiona até que ponto essa iniciativa pode ser considerada uma forma efetiva de ativismo alimentar, especialmente quando sua estratégia de atuação está centrada na escolha individual do consumidor, o que pode, paradoxalmente, reforçar a lógica de mercado em vez de desafiá-la.

Segundo Portilho e Micheletti (2018), o ativismo alimentar é um “fenômeno social que busca modificar práticas agrícolas, comerciais e alimentares” por meio da construção de mercados alternativos e da formulação de políticas públicas. Seu objetivo é transformar o sistema alimentar de forma estrutural, combinando engajamento político com práticas de consumo consciente.

Nessa perspectiva, o conceito de consumo político torna-se central. As escolhas de consumo passam a expressar valores e posicionamentos políticos, ultrapassando o plano econômico. Portilho (2020) defende que esse tipo de consumo permite que indivíduos exerçam formas de participação política no cotidiano. No entanto, Fontenelle (2023) adverte que esse engajamento pode também ser funcional à lógica capitalista, ao transformar produtos, estilos de vida e até causas sociais em mercadorias, realizando valor econômico a partir da adesão afetiva e moral dos consumidores.

Essa tensão — entre o consumo como instrumento de mudança e sua apropriação pelo mercado — é visível em movimentos como o *Slow Food*, bem como em outras iniciativas como o comércio justo, o cooperativismo de consumo e o veganismo político. Ainda que utilizem o consumo como vetor de transformação, essas estratégias frequentemente são cooptadas como nichos lucrativos por empresas e corporações.

Santos e Colomé (2024) alertam que a ampliação do conceito de ativismo alimentar pode incluir práticas que não propõem mudanças estruturais no sistema alimentar. Além disso, defendem que movimentos conservadores e atores estratégicos também devem ser analisados no campo alimentar, uma vez que disputam sentidos e influenciam políticas que podem contrariar os princípios de justiça alimentar. Essa preocupação ecoa as reflexões de Carlos Taibo (2021), que denuncia o risco do *ecofascismo*, entendido como uma forma de ambientalismo autoritário que instrumentaliza a crise ecológica para justificar políticas de exclusão, repressão e controle populacional, sem enfrentar as causas sociais da destruição ambiental. Janet Biehl e Peter Staudenmaier (1995) já haviam demonstrado como regimes como o nazismo incorporaram retóricas ecológicas a projetos racistas e elitistas, alertando para os perigos de dissociar ambientalismo e justiça social. Em contextos

contemporâneos, essas distorções se atualizam em discursos moralizantes e meritocráticos que esvaziam o potencial transformador do ativismo alimentar e bloqueiam sua articulação com as lutas populares

Nesse contexto, torna-se importante diferenciar os conceitos de “ética do consumo” e “consumo ético”. Segundo Barnett, Cafaro e Newholm (2005), a ética do consumo refere-se a uma crítica moral ao sistema de produção capitalista, com foco na redução dos impactos ambientais. Já o consumo ético compreende o ato de consumir como forma de ação política — como a preferência por produtos oriundos do comércio justo ou de pequenos produtores locais. Para tornar os conceitos mais compreensíveis, organizamos a seguir o Quadro 1, que os sintetiza de forma comparativa.

Quadro 1 - distinção entre “ética do consumo” e “consumo ético”.

Conceito: Ética do Consumo	Conceito: Consumo Ético
Definição: Refere-se à crítica moral ao sistema capitalista de produção, focando na redução dos impactos ambientais.	Definição: Trata o ato de consumir como forma de ação política e transformação social.
Exemplo: Campanhas para reduzir o consumo de carne e minimizar a pegada ecológica.	Exemplo: Compra de produtos de comércio justo ou de produtores locais com práticas sustentáveis.

Com a intensificação da globalização, a degradação ambiental tornou-se uma pauta prioritária no ativismo alimentar. Zambam e Kujawa (2017) argumentam que a industrialização levou países desenvolvidos a terceirizar sua produção para países periféricos, precarizando a mão de obra e o meio ambiente. Esse processo contribuiu para o fortalecimento, a partir dos anos 1990, da “ética do consumo” como discurso ambiental global (Portilho, 2005; Fontenelle, 2023).

Para Ulrich Beck (2010), a globalização impõe uma lógica de dependência às sociedades periféricas, deslocando para o indivíduo a responsabilidade pela sustentabilidade. Esse deslocamento é central na crítica ao *Slow Food*, que, conforme Ronen Shamir (2008), opera uma “política via mercados”, mobilizando consumidores como agentes de mudança sem necessariamente questionar as estruturas maiores do sistema.

Em contraponto, Laura Goulart Duarte (2020) argumenta que os sistemas agroalimentares alternativos promovidos pelo *Slow Food* podem representar rupturas significativas. Através da territorialização da produção, das indicações geográficas e da valorização de circuitos curtos entre produtores e consumidores, o movimento propõe novas formas de sociabilidade alimentar.

Vale ressaltar, que a valorização da origem dos alimentos dialoga com o conceito de gastronomização, discutido por Lívia Barbosa (2009). Para a autora, esse processo transforma práticas alimentares cotidianas em experiências simbólicas e socialmente valorizadas. Jean-Pierre Poulain (2004) também contribui ao destacar a alimentação como espaço de distinção cultural e construção identitária.

Assim, o *Slow Food* se insere no debate sobre ativismo alimentar de forma ambígua. Por um lado, oferece alternativas sustentáveis ao modelo agroindustrial; por outro, ao se apoiar em práticas individuais, pode contribuir para a individualização da responsabilidade e reforço da lógica mercantil. Essa ambiguidade exige uma análise crítica e contextualizada, atenta às contradições e possibilidades do ativismo alimentar no Brasil.

4 A GASTRONOMIA BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DO ATIVISMO ALIMENTAR

A relação entre gastronomia e ativismo alimentar no Brasil atravessa a formação social, econômica e cultural do país. A alimentação, além de uma necessidade biológica, reflete desigualdades históricas, estruturas de poder e práticas de resistência. Nesse sentido, o ativismo alimentar, ao propor mudanças nos sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos por meio da mobilização social e política, permite uma leitura crítica da gastronomia brasileira.

Francisco de Assis de Vasconcelos (2001) identifica duas principais correntes nos estudos sobre alimentação no Brasil dos anos 1930: uma de base biológica, influenciada pela dietética internacional, voltada aos aspectos clínico-fisiológicos da nutrição; e outra de orientação social, influenciada pelo médico argentino Pedro Escudero, preocupada com a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. Esta última, mais próxima do ativismo alimentar contemporâneo, considera a alimentação como uma questão estrutural.

Estudos realizados fora do eixo Rio-São Paulo, como os desenvolvidos em Pernambuco por Gilberto Freyre, Josué de Castro, Nelson Chaves e outros, apontam para a descentralização do debate sobre alimentação e cultura. Autores como Câmara Cascudo e Freyre contribuíram para consolidar a ideia da alimentação como parte da cultura e da identidade nacional, trazendo os hábitos alimentares para o centro das reflexões sobre o Brasil.

A partir desse panorama, pode-se distinguir duas abordagens principais nos estudos sobre alimentação: a materialista (ou estruturalista) e a culturalista (Quadro 2). A primeira privilegia os fatores econômicos, políticos e estruturais; a segunda valoriza os símbolos, as tradições e os significados atribuídos à comida. Josué de Castro representa a abordagem materialista, tratando a fome como fenômeno político e estrutural. Já Gilberto Freyre exemplifica a perspectiva culturalista, ao analisar a alimentação como expressão da formação social e da miscigenação.

Quadro 2 - Comparação entre diferentes abordagens

Aspecto	Abordagem Social (Vasconcelos, Josué de Castro)	Abordagem Culturalista (Freyre, Cascudo)
Foco principal	Fome, desigualdade, políticas públicas, acesso à alimentação.	Cultura alimentar, identidade, miscigenação.
Origem do problema alimentar	Estruturas socioeconômicas, concentração fundiária, políticas públicas ineficazes.	Construção histórica das práticas alimentares e sua relação com etnias.
Enfoque sobre a alimentação	Distribuição de alimentos e impacto nutricional na sociedade.	Tradições alimentares e simbolismos culturais.
Exemplo de análise	O impacto da fome nas classes populares e a necessidade de políticas públicas para segurança alimentar.	A adaptação da culinária brasileira a partir da mistura de influências indígenas, africanas e europeias

A ideia de que a culinária e os hábitos alimentares são parte integrante da cultura, incluindo as culturas populares, surge e se fortalece com intelectuais como Luís da Câmara Cascudo e Gilberto Freyre na década de 1930. Ambos transitavam entre o “universo acadêmico e a erudição local, trazendo a alimentação para o centro das discussões sobre identidade nacional” (Poulain, 2016, p. 38).

Dentro dos estudos sobre alimentação, uma perspectiva materialista se concentraria nas condições de produção dos alimentos, na distribuição de renda, na estrutura do mercado e nas políticas agrícolas, enquanto uma perspectiva culturalista destacaria os valores, símbolos e significados atribuídos à comida e à culinária.

Josué de Castro, com sua ênfase na fome como um fenômeno estrutural, aproxima-se mais de uma abordagem materialista ou crítica, enquanto Gilberto Freyre, ao explorar a alimentação como um elemento da formação cultural brasileira, se insere em um campo culturalista

Já a abordagem de Francisco de Assis de Vasconcelos (2001) pode ser caracterizada como social na medida em que analisa a alimentação e a nutrição sob a ótica das desigualdades estruturais e da fome como um problema coletivo. Essa perspectiva se aproxima do pensamento de Josué de Castro, que trata a fome como uma questão política e econômica, determinada pela distribuição desigual de recursos e pelas políticas públicas que moldam o acesso à alimentação.

Por outro lado, a abordagem culturalista, como exemplificada por Gilberto Freyre, enfatiza a alimentação enquanto um elemento identitário, formado pela interação entre grupos sociais, etnias e tradições. Para o culturalismo, os hábitos alimentares não podem ser explicados apenas pela economia e pela nutrição, mas devem ser compreendidos dentro de uma construção histórica e simbólica. A gastronomia, nesse sentido, reflete a miscigenação e a adaptação de diferentes povos, sendo um elemento central na formação da identidade nacional. Diferenças entre essas abordagens podem ser mais bem compreendidas por meio de um quadro comparativo (Quadro 2). Assim, enquanto Vasconcelos e Josué de Castro abordam a alimentação como um indicador das desigualdades sociais e políticas, os culturalistas como Freyre enxergam a comida como expressão da identidade e da formação social brasileira.

Na perspectiva do ativismo alimentar, ambas as abordagens são relevantes. Numa síntese pode-se dizer que: a abordagem social fundamenta o ativismo institucional e “assistencialista”, focado na segurança alimentar e nutricional. Enquanto a abordagem culturalista contribui para o ativismo voltado à valorização das tradições gastronômicas e da biodiversidade alimentar.

4.1 GASTRONOMIA, HIERARQUIAS SOCIAIS E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

Em Casa-Grande & Senzala (1998), Gilberto Freyre propõe uma leitura da alimentação colonial como reflexo das estruturas sociais e raciais. Embora alguns elementos de sua obra valorizem a mestiçagem como componente da cultura e da culinária brasileira, sua perspectiva também naturaliza hierarquias e silencia as desigualdades materiais e simbólicas entre brancos, negros e indígenas. A sugestão implícita de uma 'democracia alimentar', decorrente da convivência entre os grupos, revela-se questionável diante das assimetrias de poder e da precariedade da dieta, inclusive entre as elites, como o próprio autor reconhece ao descrever as deficiências nutricionais da época (Freyre, 1998, p. 41). Embora Vasconcelos (2001) tenha sugerido que Freyre, em alguns momentos, parece flertar com a ideia de uma suposta “inferioridade biológica” do mestiço brasileiro, outros elementos de sua obra mostram que o autor valoriza a mestiçagem como um fator constitutivo da cultura e da formação alimentar do país. No entanto, essa valorização não é isenta de ambiguidades. Ao propor uma integração simbólica entre os mundos branco, negro e indígena, Freyre naturaliza relações de dominação, sugerindo, de forma idealizada, uma espécie de “democracia alimentar” que não se sustenta diante das profundas assimetrias históricas.

A alimentação no Brasil colonial, segundo o próprio Freyre (1998, p. 41), era deficiente do ponto de vista nutricional:

A nutrição da família colonial brasileira, a dos engenhos e notadamente a das cidades, surpreende-nos pela sua má qualidade: pela pobreza evidente de proteínas de origem animal e possível de albuminoïdes em geral; pela falta de vitaminas; pela de cálcio e de outros sais minerais; e, por outro lado, pela riqueza de certas toxinas.

Ainda que houvesse uma ampla disponibilidade de recursos alimentares, a monocultura açucareira e a distribuição desigual determinaram a precariedade da dieta colonial. Mesmo o senhor de engenho, ao alimentar seus escravizados com o objetivo de preservar a força de trabalho, não garantia uma alimentação equilibrada, mas sim funcional à lógica produtiva. Já Josué de Castro, em *A Geografia da Fome* (1980), argumenta que tanto os senhores quanto os escravizados consumiam grandes quantidades de comida, mas sem os nutrientes essenciais para a saúde. Esse déficit nutricional contribuiu para “quadros de avitaminoses, tuberculose e outras doenças nas senzalas” (Vasconcelos, 2001, p. 325).

Vale lembrar que a relação entre alimentação e distinção social remonta à aristocracia medieval europeia, onde a nobreza afirmava seu status por meio do consumo de produtos caros e exóticos, enquanto os estratos populares se alimentavam conforme a disponibilidade ecológica (Poulain, 2016, p. 36). No Brasil, a elite colonial buscou reproduzir padrões alimentares europeus, muitas vezes em detrimento dos alimentos nativos. Carlos Alberto Dória (2009) aponta que a culinária colonial assimilou elementos europeus, relegando a segundo plano as técnicas indígenas e africanas, reforçando a desigualdade cultural e social.

Nos países de passado colonial raramente se deu esse processo de construção de símbolos culinários com a capacidade de unificar toda a população em torno de uma ementa. A razão disso é que nem sempre as respectivas burguesias conseguiram construir um terreno cultural comum com os demais estratos/ classes da população. (Dória, 2009, p.17)

A construção de símbolos culinários que unificassem a população brasileira foi dificultada pela falta de um terreno cultural comum entre a elite e os estratos populares. Dória (2009, p. 17) argumenta que essa separação reforçou a dualidade cultural e a exclusão de práticas alimentares indígenas e afro-brasileiras.

4.2 ATIVISMO ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A desigualdade estrutural brasileira impacta diretamente o acesso à alimentação e à soberania alimentar. Neuro José Zambam e Henrique Aniceto Kujawa (2017, p. 79-80) associam essa realidade à “concentração fundiária e ao modelo agroexportador, que historicamente limitou o papel do cidadão como agente ativo na sociedade”.

A Constituição de 1988 e a redemocratização impulsionaram políticas públicas voltadas à segurança alimentar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a criação de restaurantes populares e o aumento do salário-mínimo. No entanto, segundo Renato Maluf (2022, p. 11), “essas políticas nem sempre atendem os grupos mais vulneráveis, pois aqueles com maior poder econômico conseguem influenciar as decisões políticas em maior escala”.

No contexto do ativismo alimentar, como explicado na introdução, Fátima Portilho (2020, p. 414) diferencia duas gerações desse movimento no Brasil. A primeira, de caráter institucional e associada ao que se convencionou chamar de “assistencialismo”, esteve voltada à segurança alimentar e ao combate à fome, sendo protagonizada por médicos, nutricionistas e gestores públicos.

É importante fazer uma breve digressão para esclarecer o uso do termo “assistencialismo”. Conforme aponta Ângela de Castro Gomes (2006), o assistencialismo no Brasil historicamente se articulou com práticas populistas, nas quais o Estado concede benefícios de forma centralizada, sem mediações coletivas, com o objetivo de manter a ordem social e reforçar a dependência. Antonio Luigi Negro (2004) complementa essa análise ao identificar, no discurso paternalista das elites brasileiras,

uma estratégia para negar às classes populares o reconhecimento de sua capacidade autônoma de organização e luta.

Essa lógica se expressa, por exemplo, na forma como setores da mídia e do discurso público frequentemente reagem negativamente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) — um dos maiores e mais articulados movimentos sociais da América Latina. Ainda que o MST proponha reformas estruturais e baseadas na mobilização coletiva, sua atuação costuma ser deslegitimada justamente por essa herança discursiva que reduz políticas públicas a práticas de dependência.

Assim, cabe aqui esclarecer dois pontos: (1) neste trabalho, o termo “assistencialismo” é utilizado para se referir ao campo das políticas públicas voltadas à segurança alimentar; e (2) seu uso tornou-se relevante na análise do ativismo alimentar justamente porque evidencia como, no debate político brasileiro, as políticas públicas são frequentemente desqualificadas — especialmente quando propostas por movimentos populares — em prol de uma lógica liberal que privilegia o mercado sobre as pessoas, o individualismo sobre o coletivo, reproduzindo mazelas do colonialismo.

Retomando a contribuição de Portilho (2020), a segunda geração do ativismo alimentar — mais recente — é caracterizada pela politização do consumo. Ela enfatiza o consumo consciente, o impacto socioambiental da alimentação e a ressignificação cultural dos alimentos. No entanto, apesar de seu potencial transformador, essa geração opera constantemente no limiar entre a crítica sistêmica e a reabsorção mercadológica, correndo o risco de se converter em mais uma forma de consumo identitário compatível com a lógica do capital.

Outros pontos que fazem parte da agenda do ativismo alimentar contemporâneo (Portilho, 2020) incluem a preocupação com a obesidade, o impacto ambiental da produção de alimentos e o apagamento de práticas alimentares tradicionais. Nesses quesitos, porém, entendemos que falta um entendimento mais abrangente e singular que possa integrar as classes populares. A luta do MST, por exemplo, pode ser vista como contraponto a lógica assistencialista no sentido negativo, como vimos acima, ao reivindicar políticas públicas estruturantes — como a reforma agrária, a educação e a saúde do campo —, com base em mobilização coletiva e autogestão. Assim, ao contrário da visão reducionista e estigmatizante que o associa ao clientelismo ao assistencialismo negativo, o MST deve ser compreendido como um ator político que desafia o modelo agroindustrial dominante e propõe alternativas concretas, construídas a partir de sua base social.

4.3 IDENTIDADE ALIMENTAR E RESISTÊNCIA CULTURAL

A formação da identidade alimentar brasileira resultou de um complexo processo de adaptação e ressignificação cultural, profundamente atravessado por relações de poder, exclusão e apropriação. Gilberto Freyre, ao destacar a substituição de ingredientes europeus por produtos locais, como exemplo da construção de uma culinária mestiça, oferece uma interpretação que valoriza a confluência entre

culturas. No entanto, essa leitura precisa ser problematizada. Embora Freyre articule raça e etnia em suas análises, não se pode falar em relações equânimes entre os povos que contribuíram para a formação da gastronomia brasileira. A mestiçagem, tal como concebida por Freyre, oculta assimetrias estruturais marcadas pela escravidão, pelo racismo e pela expropriação dos saberes indígenas e africanos. Um exemplo simbólico dessas tensões é a contraposição entre a farinha de mandioca — historicamente associada aos nativos e aos mestiços — e a farinha de trigo, símbolo de prestígio e identidade europeia. Tal dicotomia evidencia como a alimentação também expressa hierarquias sociais e raciais que foram consolidadas ao longo da história colonial.

Carlos Alberto Dória (2009) questiona, inclusive, a ideia de "cozinhas regionais", argumentando que essa classificação ignora as conexões geográficas e históricas da alimentação brasileira. Para ele, a culinária colonial foi marcada pela imposição de padrões europeus, gerando uma subordinação cultural que se perpetua até hoje.

A feijoada é um caso alegórico dessa dinâmica. Embora popularmente associada à cultura afro-brasileira, sua história popular revela camadas de ressignificação cultural e disputa de narrativas. Dória (2009, p. 31) destaca que a noção de que os escravizados comiam os "piores pedaços" do porco reflete uma visão aristocrática da alimentação, pois, em outras culturas, mesmo na portuguesa, essas partes são valorizadas, portanto, não fazendo sentido a lógica proposta para a invenção do prato.

Atualmente, o ativismo alimentar tem impulsionado a valorização de ingredientes e práticas tradicionais, como o uso das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs). Contudo, Rebeca Rose dos Santos Leandro e Fátima Portilho (2024, p. 6) alertam que esse movimento pode reproduzir uma lógica utilitarista, sem reconhecer os saberes das populações afro-indígenas que sempre utilizaram esses alimentos. A seguir oferecemos uma breve proposta para termos substitutivos (Quadro 3).

Quadro 3 - opções para substituir o termo “PANC”

Termo alternativo	Quando usar
Espécies alimentares subutilizadas	Quando o foco está na biodiversidade e na subexploração.
Plantas tradicionais negligenciadas.	Enfatiza a perda de uso cultural.
Alimentos alternativos da biodiversidade.	Útil quando se fala de sustentabilidade e agroecologia.
Alimentos de base vegetal não domesticados.	Se o foco for etnobotânico ou agroflorestal.
Recursos alimentares não industrializados.	Quando se contrapõe à lógica do agronegócio.

Outro ponto importante é que a comercialização da comida influencia os sistemas alimentares globais e está associada ao aumento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), especialmente entre populações de baixa renda, que consomem mais ultraprocessados devido ao baixo custo (Monteiro, 2019), daí portanto a preocupação com a comida natural, fresca, ou que se chama “de verdade”.

Em suma, a gastronomia brasileira, vista sob a ótica do ativismo alimentar, reflete desigualdades históricas e estruturas de poder que moldaram os hábitos alimentares da população. O ativismo alimentar, ao conectar consumo, identidade e políticas públicas, emerge como uma ferramenta essencial para a transformação do sistema alimentar, promovendo justiça social e valorização das tradições culturais brasileiras.

5 SLOW FOOD E POLÍTICA ALIMENTAR NO BRASIL: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Como vimos, o movimento *Slow Food*, fundado na Itália em 1986 por Carlo Petrini, surgiu como uma crítica à homogeneização dos hábitos alimentares imposta pelo sistema agroindustrial global. Em oposição ao modelo de *fast food*, o movimento defende uma alimentação baseada em três princípios fundamentais: bom, limpo e justo. O alimento deve ser saboroso e saudável (bom), produzido de forma sustentável (limpo) e acessível tanto para consumidores quanto para produtores (justo). Entretanto, quando analisado dentro do contexto brasileiro, marcado por desigualdades socioeconômicas estruturais, o *Slow Food* levanta importantes questões sobre sua aplicabilidade e eficácia como ferramenta de transformação social.

5.1 SLOW FOOD E SUA PERSPECTIVA HEGEMÔNICA NO BRASIL

O *Slow Food* se consolidou como um movimento internacional, predominantemente europeu, vinculado a uma visão hegemônica da gastronomia. Seu ideal de valorização da culinária tradicional e da agricultura sustentável, embora válido, parte de uma perspectiva que muitas vezes ignora as desigualdades estruturais que moldam os sistemas alimentares de países periféricos, como o Brasil.

Nos capítulos anteriores, discutimos como a alimentação no Brasil se constituiu historicamente dentro de uma lógica colonial e escravista, com forte concentração fundiária e um modelo agroexportador que impactou o acesso aos alimentos. Josué de Castro, em *A Geografia da Fome*, demonstra como a fome no Brasil não é resultado da falta de alimentos, mas da má distribuição e das desigualdades econômicas. Essa perspectiva se opõe à lógica do *Slow Food*, que enfatiza o consumo consciente sem necessariamente propor transformações estruturais na política alimentar.

Além disso, o conceito de gastronomização da alimentação, conforme discutido por Lívia Barbosa (2009), pode reforçar uma segmentação social no acesso a alimentos de qualidade. O *Slow*

Food, ao incentivar a valorização de produtos artesanais e de produção local, pode acabar promovendo uma elitização do consumo, tornando o acesso a esses alimentos restrito a classes sociais com maior poder aquisitivo.

Dessa forma, a implementação do *Slow Food* no Brasil sem um olhar crítico pode resultar em um paradoxo: ao mesmo tempo que propõe a valorização da cultura alimentar e da biodiversidade, pode reforçar barreiras socioeconômicas ao acesso a esses alimentos.

5.2 O SLOW FOOD NO BRASIL COMO POLÍTICA ALIMENTAR

Para que o *Slow Food* seja incorporado dentro de uma perspectiva de política alimentar, é fundamental que suas diretrizes sejam contextualizadas para a realidade brasileira. Diferentemente da Europa, onde o movimento se desenvolveu como uma resposta à industrialização massiva da comida, no Brasil o desafio central ainda é o acesso à alimentação saudável e a superação da fome e da insegurança alimentar.

Essa divisão em duas gerações do ativismo alimentar, conforme já apresentada com base em Fátima Portilho (2020), diferencia uma abordagem centrada no combate à fome de outra que se volta ao consumo político e à valorização da cultura alimentar.

O *Slow Food*, nesse sentido, se insere na segunda geração do ativismo alimentar, ao enfatizar o impacto ambiental e cultural da alimentação. No entanto, para ser uma alternativa viável no país, precisa ser adaptado à lógica de soberania alimentar, que não se limita ao direito de acesso ao alimento, mas à capacidade das populações decidirem o que produzir e consumir de forma autônoma.

Uma forma de tornar o *Slow Food* uma política alimentar relevante para o Brasil é integrá-lo a iniciativas nacionais de segurança alimentar e nutricional, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os restaurantes populares, garantindo que alimentos de qualidade sejam acessíveis para populações em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a incorporação das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e a valorização da agricultura familiar e quilombola são caminhos para alinhar o *Slow Food* a uma perspectiva mais inclusiva. É importante lembrar, porém, que o ativismo alimentar quilombola não pode ser reduzido a práticas sustentáveis. Ele está diretamente ligado à resistência histórica frente ao racismo e ao colonialismo, e à construção de modos de vida que articulam cultivo, território e ancestralidade.

Como explica Antônio Bispo dos Santos (2015), as comunidades quilombolas não apenas preservam modos de vida próprios, mas se organizam politicamente em torno do que ele chama de confluências, - redes entre práticas, pessoas e territórios — que garantem proteção e autonomia. O cultivo coletivo, as sementes crioulas e o uso comum da terra expressam uma cosmologia que desafia a mercantilização da vida. O cultivo coletivo, a seleção de sementes crioulas, o manejo tradicional e a

partilha de alimentos são parte de uma cosmologia que entende a terra como um bem comum — e não como mercadoria.

Nesse cenário, cabe também destacar o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Diferentemente de outros movimentos alimentares de base popular que se articulam em torno da produção alternativa ou da valorização da biodiversidade, o MST se estrutura como uma organização política com forte capacidade de mobilização social. Sua atuação ultrapassa a produção de alimentos saudáveis: envolve luta por reforma agrária, acesso à terra, educação, saúde, autogestão e organização em cooperativas.

Ao contrário de iniciativas mais fragmentadas ou voltadas ao consumo, o MST propõe uma reconfiguração do sistema alimentar e político, a partir do campo. Isso o distingue profundamente tanto do *Slow Food* — que foca no consumidor — quanto de formas mais simbólicas de ativismo alimentar. O MST, assim, encarna uma luta estrutural por justiça social e soberania alimentar popular, enfrentando diretamente as contradições do modelo agroindustrial, sem se submeter à lógica do mercado.

5.3 A CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO E O *SLOW FOOD* COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA

O *Slow Food* pode ser interpretado sob duas perspectivas: uma crítica ao modelo agroindustrial, promovendo autonomia alimentar e resistência ao sistema de produção em larga escala; e uma reprodução da lógica neoliberal, ao transferir para o consumidor a responsabilidade da transformação do sistema alimentar.

Ronen Shamir (2008) aponta que a ênfase na escolha individual do consumidor pode despoliticizar a luta por direitos estruturais, pois desloca o foco da responsabilidade das grandes corporações e do Estado para o sujeito individual. Ulrich Beck (2010) também alerta para esse fenômeno, destacando que, na era da globalização, a responsabilização do indivíduo pelo consumo consciente pode camuflar problemas estruturais mais amplos, como a exploração da mão de obra no agronegócio e a concentração da terra.

Soma-se a isso o fenômeno da gastronomização, que, embora valorize saberes culinários e tradições alimentares, também pode resultar em processos de gentrificação alimentar. A transformação de alimentos populares em produtos gourmet, muitas vezes voltados para públicos elitizados, tende a excluir as próprias comunidades que historicamente cultivaram esses saberes. Isso ocorre quando práticas alimentares ligadas a territórios e culturas populares são apropriadas, resignificadas e reintroduzidas no mercado com alto valor agregado, perdendo sua função social original.

Em nenhum desses aspectos movimentos populares e estruturantes como o MST se encaixam. O MST propõe uma transformação política baseada na reforma agrária, na democratização do acesso

à terra e na produção coletiva de alimentos saudáveis. Enquanto o *Slow Food*, em sua versão mais liberal, aposta no consumidor como agente de mudança, o MST trabalha pela construção de um sistema agroalimentar justo a partir da base, com foco em organização coletiva, soberania alimentar e justiça social. Essa diferença revela um descompasso estrutural entre práticas de consumo simbólicas e lutas políticas concretas.

Para que o *Slow Food* seja de fato um instrumento de justiça alimentar no Brasil, é necessário que seu discurso vá além da responsabilização individual e se articule a políticas públicas que garantam o acesso democrático à alimentação saudável — sobretudo aquelas que reconhecem e apoiam os saberes, os modos de vida e a luta histórica dos povos do campo, das florestas e das águas.

6 COMO CONSTRUIR UM SLOW FOOD PARA O BRASIL?

O *Slow Food*, como movimento internacional, carrega valores fundamentais para a valorização da cultura alimentar, da biodiversidade e da sustentabilidade. No entanto, sua aplicação no Brasil exige uma reinterpretação crítica, ancorada na realidade social, política e histórica do país. Em um contexto marcado pela fome, pela concentração fundiária e pela exclusão social, não basta defender o consumo consciente: é necessário enfrentar as causas estruturais da injustiça alimentar.

Para que o *Slow Food* se torne uma política alimentar transformadora no Brasil, algumas diretrizes são fundamentais:

- Acessibilidade alimentar: garantir que a valorização da comida local e artesanal não seja restrita a elites econômicas ou a circuitos gourmet.
- Reconhecimento dos saberes populares: incluir, com protagonismo, os conhecimentos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, respeitando suas epistemologias e modos de vida.
- Articulação com políticas públicas: integrar-se a programas como o PNAE, os restaurantes populares, e iniciativas de apoio à agricultura familiar e camponesa.
- Enfrentamento das desigualdades: atuar contra as estruturas que perpetuam a fome e a exclusão, como o racismo, o patriarcado, a concentração de terra e a financeirização da alimentação.

Para isso, é necessário que o *Slow Food* vá além do discurso estético e simbólico da comida “boa, limpa e justa” e se comprometa com uma agenda política concreta, baseada na soberania alimentar, na justiça social e no apoio às lutas populares. Movimentos como o MST oferecem um exemplo de como a alimentação pode ser articulada à transformação estrutural, rompendo com a lógica de mercado e com a responsabilização individual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação é um espelho das dinâmicas sociais: revela desigualdades, concentrações de poder, mas também práticas de resistência, memória e cuidado. No Brasil, essa relação está profundamente marcada pela história colonial, pela monocultura agroexportadora e pela negação do direito à terra e à comida para amplas parcelas da população.

Ao longo deste trabalho, foi possível identificar duas gerações do ativismo alimentar no Brasil: uma vinculada ao combate à fome, estruturada em políticas públicas; e outra voltada ao consumo político e à sustentabilidade. No entanto, as iniquidades estruturais do país exigem mais do que escolhas individuais ou adesão a estilos de vida. É necessário compreender o ativismo alimentar como projeto político, que enfrenta as causas da fome, do racismo e da destruição ambiental.

A análise do movimento *Slow Food* revelou suas contribuições, mas também seus limites. Embora proponha a valorização da gastronomia local, sua lógica originária — fortemente europeia — pode reproduzir formas de elitização do acesso à comida de qualidade. A apropriação de saberes tradicionais e de produtos como as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), quando feita sob uma lógica de mercado, corre o risco de invisibilizar as comunidades que os mantêm vivos.

Por isso, um *Slow Food* para o Brasil precisa dialogar com as lutas populares, reconhecer o papel da agricultura camponesa, indígena e quilombola, e integrar-se às políticas públicas que promovem o direito à alimentação. Precisa, sobretudo, se comprometer com o projeto de soberania alimentar — o direito das comunidades de decidir seus sistemas produtivos e alimentares.

A luta por justiça alimentar no Brasil não pode ser apenas uma mudança de hábitos de consumo, mas uma transformação das estruturas. Nesse sentido, movimentos como o MST demonstram que é possível articular produção, redistribuição e cultura alimentar a partir de uma base popular e organizada, rompendo com a lógica de dependência do agronegócio e do mercado global. Um ativismo alimentar comprometido com o Brasil precisa olhar para essa experiência e aprender com ela.

Por fim, as reflexões aqui desenvolvidas evidenciam que o movimento *Slow Food*, embora mobilize um vocabulário que valoriza o alimento, o tempo e os saberes locais, ainda apresenta uma atuação ambígua diante das realidades brasileiras. A pesquisa demonstrou que os principais agentes de transformação no campo da soberania alimentar são os movimentos populares e comunitários, como o MST e as comunidades quilombolas. Ao invés de apenas incorporar elementos do *Slow Food*, essas experiências se organizam a partir de suas próprias tradições e formas de resistência. Assim, sugerimos que uma crítica aos modelos exógenos de ativismo alimentar deve considerar os saberes locais, as lutas por terra e autonomia, e os modos de vida que resistem à lógica homogeneizante do consumo ético globalizado.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lívia. **O jeitinho brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BARNETT, Clive; CAFARO, Philip; NEWHOLM, Terry. Consumo ético e responsabilidade do consumidor. In: HARRISON, R.; NEWHOLM, T.; SHAW, D. (org.). **Consumo Ético**. São Paulo: Senac, 2005.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

BIEHL, Janet; STAUDENMAIER, Peter. **Ecofascismo**: lições da experiência alemã. São Paulo: Editora Hedra, 1995.

CASTRO, Josué de. **A Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

COUNIHAN, Carole; SINISCALCHI, Valeria. *Food Activism: Agency, Democracy and Economy*. London: Bloomsbury, 2014.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Formação da culinária brasileira**: escritos sobre a cozinha inzoneira. São Paulo: Três Estrelas, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Global Editora, 1998.

FONTENELLE, Isleide Arruda. Dilemas éticos na cultura do consumo: antropoceno, psicanálise e capitalismo como modo de operação das paixões. *Estudos Avançados*, v. 37, p. 319-334, 2023.

GOMES, Angela de Castro. Populismo e Ciências Sociais no Brasil. In: **Populismo e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LEANDRO, Rebeca Rose dos Santos; PORTILHO, Fátima. **PANC**: usos, práticas e disputas sobre o conhecimento alimentar. 2024.

MALUF, Renato. **Segurança alimentar e nutricional**: conceito, políticas públicas e experiências. Brasília: Editora da UnB, 2022.

MONTEIRO, Carlos. A indústria de alimentos e a nova classificação dos alimentos baseada no grau de processamento. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 1-13, 2019.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e sindicalismo na era Vargas: um estudo sobre trabalhadores, indústria e Estado na Bahia, 1930–1958. *Cadernos AEL*, n. 9, 2004.

PETRINI, Carlo. **Slow Food**: princípios da nova gastronomia. São Paulo: SENAC, 2009.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo sustentável: duas gerações e seus discursos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 102, p. 413-432, 2020.

PORTILHO, Fátima. **Sociologia do consumo sustentável**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologia da Alimentação**. Florianópolis: EDUFSC, 2016.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significados. 2015.

SANTOS, Arthur Saldanha dos; COLOMÉ, Felipe da Luz. Ativismo alimentar e a politização da alimentação: perspectivas teórico-metodológicas em análise. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** – BIB, n. 100, p. 1–27, 2024. DOI: 10.17666/bib10007/2024.

SEBO, Jeff. "Food Activism and the Ethics of Intersectionality." In: **Food, Environment, Animal, Law and Ethics**. NYU, 2015.

SCHUBERT, Maycon; PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político alimentar: uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. In: **FONSECA, Maria da Glória; REGO, Waléria (orgs.). Desafios e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública**. Rio de Janeiro: Editora Outras Letras, 2023. p. 151–174.

SHAMIR, Ronen. *The age of responsibilization: on market-embedded morality*. **Economy and Society**, v. 37, n. 1, p. 1-19, 2008.

TAIBO, Carlos. **Ecofascismo**: una introducción. Madri: Catarata, 2021.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Comensalidade: um conceito multidimensional. **Revista de Nutrição**, v. 14, n. 1, p. 317-328, 2001.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. A questão da segurança alimentar e nutricional e a estrutura agrária brasileira: uma abordagem crítica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 74-90, 2017.